

APRESENTAÇÃO COMO CONSTRUIR UMA NAÇÃO?

Em agosto de 1883, o livro “O abolicionismo” tornou público o diagnóstico elaborado pelo estadista e intelectual Joaquim Nabuco a respeito das mazelas da sociedade brasileira. Defensor de inúmeras reformas, Joaquim Nabuco considerava o abolicionismo, ou seja, a necessidade de eliminar a escravidão da constituição do povo brasileiro, como o mais premente antídoto aos infortúnios nacionais e como uma medida que deveria preceder a todas as demais. Raiz de todos os males e vícios da sociedade e de suas instituições, eliminá-la colocava fim à excepcionalidade negativa do país frente ao mundo civilizado; mundo ao qual o Brasil e grande parte de suas gentes desejava participar e integrar. Mais do que isto, o abolicionismo abria possibilidade para a fundação de uma nova nação e para o soerguimento de um povo imbuído de valores civilizados e mais adaptado às mudanças políticas prenunciadas ao final daquele século. Para o autor, o vício da escravidão inutilizava a ambos, senhores e escravos, para uma vida livre. Daí suas proposições em torno da necessidade de operar profundas reformas, reformas que visavam constituir um “povo forte, inteligente, patriota e livre”.

A instrução pública, a associação de imprensa, a imigração espontânea, a religião purificada e a elaboração de um novo ideal de Estado apresentavam-se como veículos e como estratégias para a produção de um sentimento de responsabilidade cívica entre homens e mulheres; suprimindo, definitivamente, as marcas que a escravidão havia impresso na constituição física, mental e social do país e de seus habitantes. Note-se que estas reformas de cunho individual, ou seja, este aprimoramento de corpos e almas possuía, aos olhos de seu defensor, uma importância muito mais significativa do que as mudanças promovidas pela força das leis. Nos últimos parágrafos de “O abolicionismo”, Joaquim Nabuco conclu-

mava àqueles que possuíam “força, coragem e honradez” para utilizarem-se dos jornais, dos livros, das associações, das escolas e da palavra na difusão daqueles princípios próprios às “nações modernas, fortes, felizes e respeitadas” (NABUCO, 2000, p. 172).

Mais de 100 anos nos separam das preocupações de Joaquim Nabuco sobre o futuro da nação e do povo brasileiro. Contudo, deparamo-nos, ainda hoje, com o desafio de responder à sua questão: como construir uma nação? Ou a uma outra questão da mesma grandeza e importância: qual cidadão é preciso formar? Nesse sentido, discutir historicamente as relações existentes entre a infância, a educação e o trabalho torna-se um exercício vital para a compreensão dos processos que marcaram de forma indelével a construção dessa nação, de dimensões continentais, que é o Brasil. E não há dúvidas de que nessas relações muitas escolhas foram realizadas; escolhas que, de modo geral, culminaram com a valorização de um modelo de trabalhador e cidadão, lapidado conforme os anseios de uma elite dirigente que estava empenhada em manter a *Ordem* e em alcançar o *Progresso*.

As dinâmicas próprias à vida social, no entanto, nos lançam no universo da história “a contrapelo”, ou seja, fazem-nos reconhecer que homens e mulheres experienciam as situações cotidianas e constroem uma compreensão particular a respeito delas, porque além de se apropriarem das referências produzidas na coletividade possuem expectativas, necessidades e interesses que lhes são próprios. Neste movimento de construção, homens e mulheres, mesmo ainda quando crianças, reelaboram e reinterpretam os elementos que compõem a cultura e a vida social. Elaboram, assim, “uma política da vida cotidiana que tem seu centro na utilização estratégica das regras sociais” (LEVI, 1989 apud REVEL, 1998, p. 22). O que os artigos reunidos nesse dossiê demonstram é que na articulação entre infância, educação e trabalho, pessoas e grupos sociais distintos construíram visões também distintas de cidadania e de trabalho e buscaram caminhos nem sempre “retos” para concretizá-las.¹ As possibi-

¹ Caminho “reto”, da forma como propusemos aqui, é uma analogia ao texto bíblico. Não é demais lembrar, a relação das intenções e ações descritas neste livro com o

lidades de resistência - e porque não de “acomodação” - às estruturas sociais, políticas e econômicas vigentes propiciam, a nosso ver, uma visão matizada dos poderes institucionalizados em uma sociedade. Analisar como estes poderes submeteram-se às lógicas sociais particulares de indivíduos e grupos sociais enriquece, portanto, a compreensão das múltiplas facetas de um dado momento histórico.

Lançar luzes sobre essas dinâmicas sociais é a tarefa a que se propõe o grupo de autores deste dossiê. A partir de diferentes projetos de pesquisa, desenvolvidos por professores vinculados a importantes grupos de pesquisa do campo da Educação, bem como da História, foram descobertas e reunidas aqui diferentes histórias e personagens; narrativas que ao serem entrecruzadas permitem identificar e reconstituir algumas das muitas facetas das dinâmicas sociais e históricas, nas quais estiveram imersos homens e mulheres, velhos, jovens e, especialmente, crianças. Importa destacar a originalidade dos artigos reunidos nesse dossiê, assim como, a diversidade de fontes históricas as quais os autores recorreram no intuito de trazer à tona as vivências dos atores sociais em foco. Finalmente, esperamos contribuir para que este campo de investigação, ainda incipiente, se consolide entre os pesquisadores da Educação e da História.

*Prof.^a Dr.^a Fabiana da Silva Viana
Prof.^a Dr.^a Marileide Lázara Cassoli
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil
Organizadoras do dossiê temático*

provérbio: “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele” (Provérbios, cap. 22, vers. 6).